CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO -Proc.CEE nº 1042/74

INTERESSADO: JOSÉ FELIX COUTINHO

ASSUNTO : Regularização de vida escolar

RELATOR : Conselheiro HILÁRIO TORLOHI

PARECER CEE Nº 3361 /74, CSG; Aprov. em 19/12/74

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: O Diretor da Associação de Ensino de São José do Rio Pardo, oficiou a este Conselho, solicitando orientação para o caso de José Felix Coutinho que, tendo cursado os 3 anos do Curso Técnico de Contabilidade naquela Instituição, não comprovou conclusão de 1º grau.

Refere o Diretor que, tendo assumido o cargo a 5 de novembro do ano passado, só então tomou conhecimento da falha cometida pelo seu antecessor, que deferira a matrícula do citado aluno sem o competente certificado de 1º grau. E que, no ano de 1971, ocasião de sua matrícula na 1ª série do Curso Técnico de Contabilidade, o aluno ficou de apresentar tal certificado, o que não pode fazer por ter sido reprovado em Português e Matemática (exames de madureza).

O Assessor-Chefe deste Conselho, como providência preliminar, mandou ouvir os órgãos competentes da Secretaria da Educação. O Inspetor da 1ª IREP, Prof. Fuad Karut, que em 1972 passou a jurisdicionar o estabelecimento, refere que já encontrou o aluno matriculado irregularmente desde 1971, atribuindo a responsabilidade ao Diretor da época, sem referir qualquer providência que tivesse tomado em função de seu ofício.

O Diretor Geral Substituto do Departamento do Ensino Técnico, Sr. Antônio de Assis Nogueira, entende que "a omissão da autoridade escolar é de todo injustificável", e conclui opinando pela anulação da matrícula e de todos os atos dela decorrentes, por infringência aos dispositivos legais que regem a matéria.

2. APRECIÇÃO: Não vemos como fugir ao reconhecimento da nulidade do curso feito pelo citado aluno. Sob o aspecto legal, era de meridiana clareza o art. 37 da Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, então vigente: "Para matrícula na 1ª série do ciclo colegial, será exigida conclusão do ciclo ginásial ou equivalente". À omissão das autoridades escolares (diretor e inspetor), torna-se evidente a conivência do aluno que, ciente de ter inconcluso o 1º grau, comprometeu-se a entregar o respectivo certificado de conclusão, o que não fez nem antes da matrícula na 1ª série, nem durante o curso, nem até hoje. Em casos análogos, este Conselho tem opinado pela anula-

ção do curso, sendo de lembrar-se, pela veemência e Justeza, o Parecer CEE nº 1219/73, de autoria do nobre Conselheiro Eloysip Rodrigues da Silva.

II-COHCLUSÃO

Ante o exposto, no caso referente a José Felix Coutinho, que fez os três anos do Curso Técnico de Contabilidade no Colégio Comercial "Dr. Abdiel C. Braga", da Associação de Ensino de São José do Rio Pardo, nosso voto é no sentido de que por não ter o aluno apresentado prova de conclusão do ensino de 1º grau, é nula a matrícula, feita em 1971 na 1ª série do Curso Técnico de Contabilidade, bem como todos os atos dela decorrentes.

São Paulo, 04 de dezembro de 1974

a)Conselheiro HILÁRIO TORLONI - Relator

III-DECISÃO DA CÂMARA:A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os Conselheiros:

Arnaldo Laurindo, Erasmo de Freitas Nuzzi, Hilário Torloni, José Augusto Dias, José Borges dos Santos Júnior, Lionel Corbeil.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1974

a)Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS -Vice-Presidente
no exercício da Presidência

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 19 de dezembro de 1974

a)Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente